

Governo Regional quer açorianos a reformarem-se aos 64 anos e 3 meses

O Governo Regional dos Açores anunciou ontem que vai apresentar uma anteproposta de lei para reduzir a idade de reforma dos açorianos para 64 anos e três meses, devido à menor esperança de vida no arquipélago.

Na apresentação das conclusões do Conselho do Governo Regional, o vice-presidente adiantou que o executivo açoriano “aprovou a anteproposta de lei que adapta a fórmula atual de acesso à pensão de velhice” para reduzir a idade da reforma na região.

“Vivemos menos cerca de 2 anos e seis meses do que um continental. Temos menor esperança de vida à nascença e uma menor esperança de vida aos 65 anos”, justificou Artur Lima, falando aos jornalistas na ilha do Pico.

O número dois do Governo dos Açores advogou que “quem está a beneficiar dos descontos dos açorianos é o cidadão continental que vive mais dois anos e seis meses”, lembrando que a esperança média de vida nos Açores tem sido “consistentemente e comprovadamente abaixo da média nacional”.

A anteproposta de lei vai seguir para a Assembleia Regional e, em caso de aprovação, vai ser submetida à Assembleia da República (AR).



“O primeiro passo é ser aprovada no parlamento regional. Depois de ser aprovado no parlamento regional será enviada à AR e carece depois de aprovação”, explicou.

Artur Lima (CDS-PP) prometeu “desenvolver contactos com as forças políticas” tendo em vista a viabilização da iniciativa. “É uma proposta de inteira justiça e que acaba com uma injustiça de décadas e décadas que tem prejudicado e muito os açorianos. É uma coisa cientificamente provada. Creio que na AR nenhum dos partidos

com assento parlamentar se irá opor a uma correção de injustiça”, reforçou.

A redução da idade da reforma está prevista no Programa do Governo Regional e é uma bandeira antiga do CDS-PP nos Açores.

1 milhão de euros para o Santa Clara

O Conselho do Governo Regional aprovou, também, a realização de um contrato programa com a SAD do Santa Clara, que prevê a manutenção do

apoio regional no valor de um milhão de euros.

O executivo justificou a verba com a “participação em eventos turísticos de interesse público no domínio da promoção externa do Destino Açores”.

O Governo dos Açores autorizou, por outro lado, o reforço de 200 mil euros para o Serviço Regional de Proteção Civil para “fazer face ao aumento da remuneração base dos bombeiros das associações humanitárias de bombeiros voluntários” na região.

O Conselho do Governo dos Açores aprovou ainda o decreto que “regulamenta o regime jurídico de apoios a conceder aos agentes que desenvolvam atividades culturais consideradas de relevante interesse”.

Foi também aprovada a “resolução que ratifica todos os atos do conselho de administração do Hospital do Divino Espírito Santo entre as 2 de Fevereiro e 1 de Novembro de 2024”, um “formalismo”, segundo o vice-presidente do executivo.

“A senhora secretária [da Saúde] comunicou aos antigos membros do conselho de administração que tinham terminado o seu mandato, mas em termos de registo na conservatória tem de ser o órgão que fez a nomeação que tem de exonerar”, venceu.

Aprovados dois hotéis com 309 camas em Vila Franca e Ponta Delgada

O Governo dos Açores anunciou ontem que decidiu aprovar uma Resolução que autoriza a operação urbanística que a sociedade Janelas Divertidas, Lda., se propõe realizar, tendo em vista a construção de um novo empreendimento turístico, na tipologia de hotel, na categoria de cinco estrelas, na freguesia de São Pedro, concelho de Vila Franca do Campo, com uma capacidade prevista de 104 novas camas.

Segundo o executivo regional, o

empreendimento turístico projetado evidencia não só uma clara vocação para o turismo de lazer, incorporando áreas específicas para o efeito, como também uma forte componente de animação turística, pelo que a sua execução representará uma mais-valia para a qualidade urbanística do concelho de Vila Franca do Campo, bem como para o crescimento da oferta de camas, em unidades turísticas de cinco estrelas, na Ilha de São Miguel.

O governo aprovou ainda uma Resolução que autoriza a operação urbanística que a sociedade Tabacaria A Gaivota Limitada se propõe realizar, tendo em vista a construção de um empreendimento turístico, na tipologia de hotel, com a categoria de quatro estrelas, na freguesia de São Sebastião, concelho de Ponta Delgada, com uma capacidade prevista de 205 novas camas.

De acordo com o executivo, o empreendimento turístico projetado, vi-

sando ocupar uma área privilegiada em plena frente de mar, beneficiando do desafio desta posição sobranceira e de excelentes vistas panorâmicas sobre a envolvente, representará uma mais-valia para a qualidade urbanística do concelho de Ponta Delgada, bem como para o crescimento da oferta de camas, em unidades turísticas de quatro estrelas, na Ilha de São Miguel.

As duas resoluções foram aprovadas em Conselho do Governo.

Caixa Económica de Angra vai aumentar salários em 2,5%

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) vai actualizar os salários em 2,5% em 2025 e aumentar outros subsídios, revelaram os sindicatos bancários da União Geral de Trabalhadores (UGT)

“Além do aumento de 2,5% nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária, foi acordado um acréscimo superior no subsídio de almoço, que passa a ser de 13,07 euros, valor acima do estabelecido no ACT [Acordo Coletivo de Trabalho], e foi

ainda contratualizado o subsídio de natalidade”, lê-se num comunicado de imprensa dos sindicatos bancários da UGT.

A revisão do Acordo de Empresa (AE) para 2025 foi assinada entre a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH), o Mais Sindicato e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal (SBN).

Os dois sindicatos afetos à UGT sublinham, em comunicado, o facto de a entidade ter atribuído, em algu-

mas cláusulas, aumentos superiores aos definidos no ACT do setor bancário.

“Apesar da sua menor dimensão financeira comparativamente à maioria das instituições de crédito, a CEMAH tem evoluído de posição, afastando-se, a pouco e pouco, das propostas do grupo negociador do ACT do setor bancário”, afirmam, destacando a disponibilidade da entidade “para negociar com os sindicatos condições mais favoráveis para os seus trabalhadores”. Os sindicatos lembram que já

em anos anteriores os aumentos atribuídos pela CEMAH foram “mais elevados do que os de outros” acordos, com uma atualização de 4,5% dos salários em 2023 e de 3,5% em 2024, ano em que houve ainda um aumento do subsídio de refeição. “A recetividade da CEMAH às propostas do Mais Sindicato e do SBN contrasta significativamente com a intransigência e indisponibilidade para melhorar a vida dos trabalhadores que se verifica, infelizmente, em outras mesas negociais”, apontam.